



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/08/2015

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 20ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal.

Esta audiência tratará da região de Parelheiros.

- Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra José Carlos Goes Júnior, da Associação Campestre de São Paulo. O próximo orador é o Sr. Marc Roberto.

O SR. CARLOS GOES JÚNIOR – Boa tarde. Queria agradecer a todos. Nossa preocupação é a área de preservação. Moramos lá na Associação Campestre e estamos muito preocupados, principalmente com o meio ambiente, com as áreas de preservação ambiental. O que a senhora propôs é muito legal, gostei, quero dar meus parabéns em nome da Associação. Só queríamos ver a questão do pessoal que está vindo. Essas pessoas estão degradando bastante as áreas, a parte verde, os mananciais. Estamos com falta d'água. E, lá na Associação, estamos muito preocupados com essa área. Participamos do projeto Oásis, e tudo lá é pensado. Eu só peço a vocês que considerem essa parte de invasão, porque o pessoal que está chegando está desmatando. Quanto à parte do projeto, estamos de acordo. Meus

parabéns.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Marc Roberto.

O SR. MARC ROBERTO – Boa tarde a todos. Meu nome é Marc, eu moro num loteamento regularizado desde 1973, chamado Chácara Santo Humberto ou City Vale Verde.

Na Lei de Zoneamento de 2004, meu bairro era uma ZER-1 de baixa densidade e, nessa atual gestão, mudaram para uma ZPDS ou ZPDSr, que não dá para ver a cor e entender o mapa. Como morador, solicito que volte a ser uma ZER-1, uma vez que eu pago IPTU. Minha matrícula é 276.010.0001-8 e o bairro é regularizado, aonde nenhum Vereador visita ou a Prefeitura mal vai à região para melhorar o local. Não temos asfalto, guias, esgoto. Possuímos lagos públicos da Prefeitura, que se encontram assoreados. Há dois anos que peço para fazerem uma desassoreação ou limpeza, está largado porque a Prefeitura não se manifesta ou a engenheira não põe para frente para tomar as devidas providências e recuperar os lagos públicos.

Convido os Vereadores a irem conhecer o meu bairro residencial. Cada lote tem mil metros quadrados e foi fundado para ser um loteamento regularizado. É um loteamento que teve o tamanho mínimo, máximo, área construída permitida ou não com mil metros. Então, gostaria que fosse revista a Lei de Zoneamento nesse bairro, que fosse transformada novamente numa ZER-1 residencial e não uma área...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARC ROBERTO – Era ZER-1. Então, é só olhar no zoneamento, deixei o papel aí, está lá na quadra 04-C, segunda folha, loteamento Parque Chácara Santo Humberto como uma ZER-1 residencial. Eu deixei até o papel lá na frente.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Cacique Werá-Mirim, da aldeia Tenondé Porã.

O SR. CACIQUE WERÁ-MIRIM – Boa tarde a todos.

Sou Uerá-Mirim, cacique da Aldeia Tenondé Porã e vim representar também o meu filho Tiago, que não deu para vir.

O que há é que a terra indígena, Tenondé Porã, seja reconhecida como Zepam, de acordo com os limites estabelecidos no relatório da Funai e que constem, no mapa de

zoneamento, os limites dos nossos territórios.

Então, a nossa preocupação maior é sobre as áreas verdes mesmo. Acho que, quando se fala das áreas verdes, temos também as áreas indígenas. A nossa preocupação maior é que essas áreas verdes – há mais cinco aldeias que já foram reconhecidas pela Funai – sejam reconhecidas.

O que nós falamos muito é que esses espaços são também para os nossos futuros índios, que eles falem que são guaranis. Então, esse é o futuro dos nossos filhos e netos, que estão crescendo agora. Mas é bom o plantio também, milho tradicional, mandioca, coisas da nossa tradição mesmo. Então nós precisamos desses espaços. O que eu tenho de falar é isso, e eu agradeço muito pela oportunidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Cacique.

Tem a palavra o Sr. Mauro Scarpinatti, do Espaço de Formação, Assessoria e Documentação.

O SR. MAURO SCARPINATTI – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Boa tarde a todos.

Quero ler aqui um manifesto que organizamos, um manifesto pelo direito à Cidade, à água, áreas verdes, moradia e a qualidade de vida para todos. Não dá para ler na íntegra, então só vou ler um trecho.

“A Região Metropolitana de São Paulo passa pela pior crise de abastecimento de água da história. É sabido que as áreas de proteção aos mananciais foram, e continuam sendo, destruídas por um perverso processo de ocupação predatória e ilegal refletindo a marcha da especulação imobiliária que historicamente submete os interesses coletivos aos ganhos imediatos de uma pequena parcela da sociedade.

Com isso, nas últimas décadas, a Cidade vem perdendo suas áreas verdes aceleradamente e, como consequência, a qualidade de vida é severamente afetada não conseguindo resolver as legítimas demandas por moradia nem as necessidades de mais parques e áreas verdes.

Diante disso, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, especialistas de diversas áreas do conhecimento vêm, a público, manifestar o desejo de

construção de uma cidade inclusiva, democrática e sustentável.

Nesse sentido exigimos: nenhuma Zona Especial de Proteção Ambiental a menos; Todas as Zepams grafadas no PL 272 devem ser mantidas; nenhuma Zona Especial de Interesse Social a menos, todas devem ser mantidas; manutenção dos limites das áreas rurais de Parelheiros; apontamento, em mapa, das Terras Indígenas; aprimoramento do Capítulo que trata das Áreas Públicas e do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - SAPAVEL, e dos critérios para a implantação de equipamentos sociais; ampliação das Zepams nas áreas produtoras de água: Bacias do Guarapiranga, Billings, Capivari-Monos e nas áreas inseridas na zona de amortecimento dos Parques Estaduais da Cantareira, Jaraguá e do entorno do Rodoanel Trecho Norte; nenhum empreendimento com potencial gerador de impacto socioambiental nas áreas produtoras de água, remanescentes de Mata Atlântica e áreas com fragilidade geológica - ou seja, onde o solo é frágil - deve ser permitido."

Inclusive projetos estranhos, como o projeto de construção do Aeroporto de Parelheiros, quando podemos gerar muito emprego aqui com agricultura e turismo, muito mais emprego do que em um empreendimento de aeroporto que não diz respeito a nós e que não vai nos servir, mas para meia dúzia de pessoas de fora.

"Entendemos que as dimensões social e ambiental são indissociáveis. Por isso, unimo-nos e conclamamos toda a sociedade a assumir o protagonismo neste importante momento de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo.

Exigimos justiça socioambiental, qualidade de vida na Cidade, com água, áreas verdes e moradia para todos."

Eu tenho cópia deste manifesto para quem tiver interesse. Muito obrigado.
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Fernando José de Souza, Conselho Participativo Municipal.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE SOUZA – Boa tarde a todos.

Sou Fernando, morador do Vargem Grande. A solicitação que faço em nome da comunidade de lá é que o zoneamento seja misto para contemplar tanto a moradia quanto os comércios já existentes. Que os corredores comerciais sejam reconhecidos compreendendo: Avenida das Orquídeas, Avenida das Palmeiras, e todas as extensões da Rua das Rosas e Rua Beija-Flor.

Que o zoneamento na direção Norte do bairro Vargem Grande seja ZPDS. O loteamento Novo Silveira, nas proximidades da Rua da Trena, ao lado da rua do presídio, seja reconhecido como ZEIS 1, porque, até então, é uma APP, mas que já foi toda consolidada e não há como fazer o retorno, a recuperação. Então, nada mais justo do que ser reconhecido como ZEIS 1.

Quanto ao local onde queria se fazer o aeroporto - uma proposta que consideramos absurda -, que não se mude o zoneamento lá porque, como foi dito, a região, para nós, é melhor que seja rural para que a gente consiga contemplar a grande maioria com a agricultura orgânica.

Que sejam reconhecidas as áreas indígenas e que se expandam, porque, até então, tínhamos duas aldeias e surgiram mais cinco, num total de sete. Então fica bem claro o reconhecimento e que essas áreas sejam Zepam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Convido o Sr. Claudinho a participar da Mesa, representando a Subprefeitura.

Registro a presença dos Srs. Roberto Godoy, Assessor do Gabinete do nobre Vereador José Police Neto; Camila do Carmo, representando o nobre Vereador Toninho Vespoli e Solange Dias, representando o Deputado Federal Antonio Goulart.

Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Boa tarde a todos, Vereador Gilson Barreto, Presidente;

Vereador Ricardo Nunes e Vereador Paulo Frange, Relator, que tem a grande responsabilidade de relatar esse plano. Estamos na região mais delicada da cidade de São Paulo, em todos os sentidos, porque ela é totalmente ambiental; porque moram aqui, segundo dados do IBGE, 150 mil pessoas - mas, pelo que falam, pode chegar a 200 mil pessoas. Então temos de discutir meio ambiente e população, porque não é possível tirar 200 mil pessoas daqui.

Quando aprovamos as diretrizes do plano, aqui praticamente ficou pouca coisa que permita haver mudanças, essa é a verdade. Por exemplo, em Zepam, não podemos fazer nada. Área rural, 20 mil metros quadrados, o mínimo que passou nas diretrizes - até este Vereador e o Vereador Ricardo Nunes batalhamos para que fossem, pelo menos, 10 mil, porque entendemos que seria uma situação melhor -, mas passaram, nas diretrizes, 20 mil metros quadrados de área rural mínima.

Como Vereador aprovei, junto com meus companheiros, a lei do polo do ecoturismo e, por exemplo, se mantivermos a área toda como Zepam, até na questão de investimento no ecoturismo vamos ter dificuldade de ter investimento para gerar emprego. Estamos a 60 quilômetros do Centro de São Paulo, então é importante criar empregos aqui para pelo menos uma parte das pessoas não ter de se deslocar para trabalhar.

Temos indústria lá. Por exemplo, o Sr. João – da Kojak, que não é poluente - já está há muito tempo e não consegue regularizar. E ele tem até área remanescente - já estive lá, conheço e sei que tem. Temos o comércio da região que está todo irregular. Estão vindo um hospital e uma UPA, ou seja, os vários equipamentos que a população necessita estão chegando.

A Subprefeitura é pressionada a fazer investimento para melhorar os bairros e as vias. E é difícil explicar para o morador que não pode nem passar uma máquina no bairro dele, porque é irregular. O morador nunca vai aceitar isso.

Quero que o pessoal dos movimentos do meio ambiente entenda e que esse

discurso não possa soar como um incentivo à ocupação, pois não é. Estou olhando a realidade da região, que é importante para a cidade de São Paulo porque produz a água que abastece parte da população. Isso nós temos de enxergar. O nosso grande problema é que o Poder Público não tem a capacidade de fiscalizar. Não tem a capacidade de prender o loteador que sai loteando clandestinamente. Esse é o maior criminoso da região. Lugar de criminoso é na cadeia.

Então não temos essa capacidade de impedir que esses loteadores criminosos fiquem loteando áreas que podem. E temos o problema da moradia, das pessoas que não têm onde morar. O bairro de Vargem Grande é o maior da região e está num processo de regularização há tempo. Não conseguimos até hoje regularizar, um bairro com forte comércio e que precisa ser regularizado, sendo que uma parte dele está em área de ZEIS.

Então é possível, Paulo, que, além de fazer esta audiência pública, tenhamos de fazer uma reunião especificamente sobre essa situação, fora a audiência pública. Isso porque aqui serão postos os problemas do bairro, as dificuldades ditas pelos moradores, que serão levadas para a Comissão analisar.

Terminando as audiências públicas, entramos na fase do nosso trabalho, na Câmara, com as emendas e as várias propostas que serão discutidas. Quero propor que façamos outra reunião - talvez, até de trabalho -, com mais pessoas, especificamente para discutirmos as saídas, porque não adianta ficarmos aqui criticando a pessoa que defende algum tipo de progresso e o pessoal do meio ambiente dizendo que estão querendo ocupar tudo, e não apresentarmos soluções. Isso não leva a lugar algum.

Temos de achar as saídas para melhorar a situação da região. Os bairros de São Norberto e São Nicolau estão em áreas quase consolidadas e precisamos discutir o que fazer com aqueles bairros. Uma parte com estrutura, outra em área de risco com ameaça de mais ocupação. É preciso pôr um freio.

Também a situação dos índios que está sendo discutida desde a esfera municipal

até a federal, porque a responsabilidade de demarcar é do Governo Federal. Não vejo nenhum problema em termos uma Zepam lá. Agora, também temos de demarcar as terras para saber onde começa a Zepam e onde termina. Não sei se o Governo Federal já tem essa demarcação.

Para encerrar, a questão da regularização fundiária, grande desafio não só para a região de Parelheiros, mas também para a Capela. Aquelas pessoas que ocuparam ou compraram terrenos de forma irregular e já estão em áreas consolidadas precisam resolver essa questão fundiária também, para que tenham o título de propriedade nas áreas municipais. Essas pessoas um dia vão morrer e o inventário precisa ser feito.

Era isso o que tinha a falar. Vamos ouvir a população. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Leda Prado.

A SRA. LEDA PRADO – Boa tarde a todos. Sou moradora de Parelheiros e falo em nome da minha mãe que tem um terreno em frente ao Cemitério dos Girassóis. Esse terreno foi inventariado e fomos fazer o desdobra do mesmo. Não conseguimos porque hoje há três zoneamentos em cima dele: uma ZM, uma ZPDSr e uma ZPDSu.

Então a família sugere que se torne uma ZM, como proposto anteriormente, porque antes também estava cortando o terreno ao meio. O zoneamento passa em cima do telhado da minha mãe e os moradores, cada um deles tem uma metragem de 12 mil metros quadrados de terreno. Quer dizer, fica impossível fazer esse desdobra no zoneamento ZPDSu ou ZPDSr.

A proposta então da família é que seja uma ZM, Zona Mista, para que a gente consiga fazer esse desdobra e regularizar. O terreno é todo regularizado, registrado em cartório e só precisamos definir o zoneamento para fazer o desdobra e registrar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LEDA PRADO – Foi o que fomos informados pela Prefeitura porque a gente não consegue fazer esse desdobra por causa do zoneamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vai ser analisado depois. Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Evandro dos Santos.

O SR. EVANDRO DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Eu represento a comunidade indígena Tekoa Tenondé Porã e também sou membro do Conselho Gestor da Capivari Monos. Respondendo uma questão da área das terras que estão em processo de demarcação, os limites delas já foram reconhecidos, já foi publicado no *Diário Oficial*, respondendo a sua pergunta, e reforçando o que o Cacique disse sobre as nossas terras, a preocupação que temos sobre as terras e com a nossa própria cultura.

Queremos que as terras indígenas Tenondé Porã sejam consideradas ZEPAM, de acordo com os limites estabelecidos no relatório da Funai e que conste, no mapa de zoneamento, os limites de nossos territórios. Como o Cacique disse, a gente se preocupa muito com o futuro da aldeia. A aldeia continua, mas a gente pode se extinguir, só somos matéria. Hoje estou aqui, quem dirá que amanhã estarei de novo? Então, a nossa preocupação é com o futuro, com as crianças e também as outras partes sobre as nossas terras.

A nossa preocupação é só essa mesma. Obrigado a todos e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Marilene Santos Medeiros.

A SRA. MARILENE SANTOS MEDEIROS – Boa tarde a todos. Quero apenas fazer uma manifestação, contra a construção do aeroporto de Parelheiros, para ser construída uma área de preservação, porque o aeroporto de Parelheiros não vai trazer benefícios para a população e, sim, para uma pequena parcela de investidores. É só uma manifestação mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Edson Moraes Bueno.

O SR. EDSON MORAIS BUENO – Boa tarde a todos e a todas. Sou do Gabinete do nobre Vereador Natalini. Quero iniciar saudando aqui a Mesa, na pessoa do Presidente Gilson Barreto; saudar os Vereadores presentes, na pessoa do Relator, Vereador Paulo Frange; a Prefeitura, na pessoa do Chefe de Gabinete, Claudinho, aqui presente, e quero saudar a todos na pessoa do Mauro.

A região de Parelheiros é uma região muito delicada para trabalhar. O próprio

Vereador Alfredinho falou um pouco sobre isso, a questão de para aonde vamos. Só que é o seguinte: vamos para a seguinte situação, o que já está consolidado, os loteamentos antigos, tem de regularizar, não dá para dizer que não pode fazer. Deixou entrar lá por tantos anos, estão lá consolidados. Agora, os novos loteamentos não podem ocorrer nessa região. Isso tem de ser proibido. Essa região tem de ser congelada. Nós estamos vivendo uma crise hídrica que não é uma crise momentânea, é uma crise que veio para ficar. Vejam, ano a ano está piorando a situação da chuva. Essa é uma região muito importante para as nascentes da Billings e da Guarapiranga e a turma está invadindo, está derrubando. A Prefeitura, até por suas limitações, não tem agido da forma como deveria para parar com os novos loteamentos porque é limitada. A gente comprehende, mas tem de ser mais enérgica, tem de agir para não deixar destruir o resto de verde que há na cidade de São Paulo. Isso vai desagradar alguns, vai agradar outros. Somos 11 milhões na Capital, 18 milhões na Grande São Paulo, e todos ficarão sem água se não se preservar essa região. Então, não é questão de desagradar uns ou outros. É questão de praticidade. Acho que o caminho é esse. Não há outro caminho, infelizmente.

Por fim, falarei a respeito da região do aeroporto de Parelheiros. É um assunto antigo e que, agora, veio à tona. A princípio, havia sumido da pauta. No final do semestre legislativo, um Vereador tentou colocar na pauta, de novo, essa questão para votar o aeroporto, mas foi barrado, porque outros Vereadores conseguiram se atentar e barraram. Então, temos de estar sempre atentos a isso, porque estão querendo, de novo, colocar a questão do aeroporto em Parelheiros. Infelizmente, por mais que digam que o aeroporto trará empregos e desenvolvimento, temos de barrar esse aeroporto em Parelheiros, porque não trará emprego para o pessoal daqui. Para Parelheiros sobrará uma vaga de porteiro e outra de faxineiro, porque os pilotos de avião e os mecânicos virão do Centro de São Paulo. Então, temos de ser contrários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Rosana Maria Nicolau.

A SRA. ROSANA MARIA NICOLAU – Boa tarde a todos. Sou do Jardim Novo Silveira.

Quero saber a respeito da regularização do meu bairro. Moramos ali há muitos anos. Compramos de uma pessoa. Essa pessoa faleceu e a família sumiu. Temos o contrato de compra e venda. Então, não estamos regularizados e temos essa preocupação. Nossas ruas precisam de asfalto e calçamento, o que não acontece porque o nosso bairro não é regularizado.

Ainda, um pedaço de meu bairro faz parte do INCRA e, aí, ninguém pode entrar nessa área, nem ônibus escolar. Entretanto, nessa área já há mais de 60 casas. Lá, não pode ter luz, nem água. Então, está difícil de viver dessa maneira – sem água, sem luz, sem nada. Quero saber se com essa ZEIS poderá entrar algo nessa área do INCRA.

Também quero saber a respeito de minha rua – Rua Frei Eustáquio. Já fiz vários pedidos para que, pelo menos, um pedaço daquela rua pudesse ser arrumado. A Rua José Paulo Cândido já foi asfaltada e precisamos, com urgência, que o mesmo ocorra com a Rua Frei Eustáquio, para que sirva de viário de ônibus. Precisamos que a Linha Grajaú 9063 passe naquela área. Precisamos andar por mais de dois quilômetros até chegarmos ao ponto de ônibus. Portanto, precisamos dessa linha para nos ajudar, porque precisamos andar dois quilômetros a pé. Não é mole.

Muito obrigada.

Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nós que lhe agradecemos.

Quero registrar a presença de das Dores, Inspetora, Comandante Regional da Inspetoria de Parelheiros da Guarda Civil Metropolitana.

Vamos ouvir a mensagem do nobre e combativo Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, a Comissão de mérito, que tem a competência, para discutir a questão da Lei de Zoneamento. Vereador Paulo Frange, um grande amigo, um médico, pessoa que tem um respeito enorme na Casa, não poderia haver melhor Relator para esse trabalho, porque é uma pessoa que conhece a Cidade e é uma pessoa fantástica, meu amigo.

Meu irmãozão, Vereador Alfredinho, que, desde que cheguei à Câmara, no primeiro mandato, mais do que Vereadores, somos amigos e trabalhamos juntos em muitas coisas. Isso

que é importante.

Claudinho, Chefe de Gabinete da Subprefeitura de Parelheiros, que tem feito um esforço enorme para atender a todos - com tantas demandas e poucos recursos -, tem se desdobrado. Parabéns.

Nosso representante da Secretaria.

Gente, o Vereador Alfredinho já falou muito bem de toda a complexidade que é a região de Parelheiros, umas das mais difíceis para discutirmos o zoneamento.

Nós falávamos com o Vereador Paulo Frange, que é o Relator, sobre todo o problema que temos, de ter de preservar o meio ambiente e, também, ter de cuidar dos 180 mil moradores que aqui estão; cujo pai tem de levar comida para casa. Não há coisa pior para a dignidade de uma família do que não ter o de comer. Então, é muito importante termos essa visão e conseguirmos atender ambos os lados.

Está faltando colocarmos aqui a questão, reforçando o que o Vereador Alfredinho falou, do emprego. A gente tem a Kojak, a Solventex e outras empresas. Então, precisamos desenhá-las no mapa, porque são muito importantes na geração de empregos.

Quero citar um exemplo de uma visita que fiz na semana passada. Temos uma entidade que se chama Vivenda da Criança. Ela pega jovens da região de Parelheiros e dá cursos profissionalizantes. Tem convênio com a Unicef, é certificada, e, depois, faz o encaminhamento desses jovens para o mercado de trabalho.

A informação que obtive lá é para ficarmos bastante atentos, Vereador Gilson, pois dos 300 jovens que fizeram o curso profissionalizante, com exceção da Solventex, que acabou pegando 20 pessoas, todos os outros não conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Isso porque tem que sair daqui e ir para Santo Amaro ou para o Centro. E a pessoa, quando vai雇用, em vez de pegar uma pessoa que ficará num ônibus duas horas para ir e duas para voltar, que irá cansar, acaba escolhendo uma pessoa que more mais perto.

Então, essa é uma questão muito séria e, nessa região, são 180 mil habitantes;

Embu-Guaçu, que está ao lado, tem 70 mil habitantes, tem a sua região industrial, tem 100% de área de manancial, está desenvolvendo empregos, zerou o número de vagas em creches, tem o IDH melhor do que de Parelheiros.

Portanto, precisamos ver com muita atenção e fazermos um caminho muito sério de preservação ambiental, mas cuidando do emprego das pessoas. Essa é uma questão seriíssima.

Também temos outras questões, como, por exemplo, as Zepams, precisamos melhorar o texto a fim de deixar autorizadas as atividades de lazer, de ecoturismo.

O Vereador Alfredinho aprovou uma lei muito importante que faz um polo de ecoturismo, enquanto Zepam não permite nada. Então, temos de ver aquilo que não prejudique o meio ambiente, empresas não poluidoras, mas é um assunto o qual temos que trabalhar com bastante atenção.

Outra coisa: no Plano Diretor, os Vereadores Alfredinho, Tatto, Goulart e eu discutimos bastante a questão das ZEIS porque só conseguiremos fazer a regularização fundiária onde estiverem demarcadas ZEIS.

Aqueles bairros, que já estiverem consolidados não demarcados como ZEIS, precisam nos procurar ou a algum Vereador da sua preferência para podermos fazer as demarcações de ZEIS, pois só assim poderá haver a regularização fundiária, como o Vereador Alfredinho comentou sobre o Vargem Grande.

Vargem Grande ainda conseguiu colocar alguns benefícios: grande parte tem a rede coletora de esgotos e tem água. Já no Jardim Manacá da Serra não pode ser colocada água. Eles usam água de um poço contaminado, porque a Sabesp não consegue colocar a água sem ter a regularização fundiária, que dirá rede de esgoto.

Então, há uma série de problemas aqui muito graves, e a gente precisa realmente ter uma atenção muito especial e diferenciada. A Cidade é um problema como um todo, mas aqui a gente vai ter de falar bastante, dialogar bastante, porque realmente há várias coisas

para a gente verificar e melhorar a qualidade de vida das pessoas aqui.

Parabéns e sucesso a todos que estão participando.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antonio Donato, não está aqui porque está participando da Câmara no Seu Bairro, hoje na zona Leste.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Melander Filho, do Movimento Garça Vermelha.

O SR. EDUARDO MELANDER FILHO – Boa tarde a todos. Sou do Movimento Garça Vermelha e também participamos do Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia. Faço uma saudação a todos os Vereadores, principalmente ao camarada de antigamente, ao Alfredinho, das greves da década de 70, 80 e 90, na época em que nós íamos não apenas gritando nas ruas, mas íamos ao confronto. Espero que você ainda tenha esse espírito.

A questão aqui é de regularização sim. Como não? O que vão fazer? Vão demolir? Vão mandar o pessoal para outras áreas, para outras invasões? Não há jeito. Também têm de regularizar a zona rural, porque passou no PDE, mas, enquanto não houver regularização, ela não existe. Assim, não basta apenas criarem unidades de preservação, têm de dar condições de funcionamento. Por exemplo, os parques naturais, até hoje não foram abertos ao público. Há vários que estão por aí. Então, eu acho que a questão é regularização.

Agora uma coisa é importante: Hoje, na Cidade Dutra, as invasões, os movimentos da área estiveram em peso lá. Nós colocamos o seguinte: nós somos sim a favor de invasão organizada, porque se não pressionarem, não sai nada.

Eu ressaltei o seguinte: o caso aqui de Parelheiros é outro. No caso de Parelheiros, algumas são ações individuais e há pessoas que compraram terrenos por loteamento irregular, muitas vezes criminoso, porque uma pessoa que pega uma terra do Estado, loteia e vende para quem não sabe é um criminoso. Agora, como eu já ressaltei anteriormente, existe um problema seriíssimo. Se isso aconteceu, é porque os agentes públicos não agiram; porque,

quando não há fiscalização (inaudível), há conivência. Isso precisa ser visto. Se não houver condições, se deixaram assim, oras, a Prefeitura não tem condições, seja o zoneamento que houver, seja a regularização que houver, não tenham dúvida, isso vai acontecer.

Por falar nisso, digo uma coisa, em parques. De repente, no Plano Diretor, havia, no início, um parque chamado Paiol. De repente, no finalzinho, sumiu. Por quê? Quem tirou? Houve acordo? Se houve acordo, vão deixar bem claro por que saiu. Só ressalto o seguinte: nós entregamos aqui também meia dúzia de documentos. São vários documentos, mas, pelo menos, um eu quero ressaltar, uma moção de repúdio à construção do aeroporto em Parelheiros, que foi tirada na quarta Conferência Municipal do Meio Ambiente em São Paulo. Então, não é pouca coisa. Não ao aeroporto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Confederação São Paulo, Trabalho e Empreendedorismo. Na cidade de São Paulo, hoje, há 1,115 milhão de famílias morando em áreas de risco. Isso soma um total de 4,32 milhões de pessoas, uma população maior do que a população de Brasília, Belo Horizonte e Salvador. Falo da cidade de São Paulo, tão rica, que tem um PIB de 436 bilhões de reais, representando 13% do PIB nacional e 37% do PIB paulista, com a renda *per capita* de 38% do seu PIB, do seu Produto Interno Bruto. É um absurdo esse 1,115 milhão de famílias morando em cortiços, favelas, conjuntos e outros assentamentos desumanos. A nossa defesa é a regulamentação fundiária, reforma urbana e outorga de título de propriedade para essas famílias. No território de Parelheiros, cerca de 3 mil pessoas disputam uma vaga de emprego. A nossa defesa é a implantação de 650 ZEISs na área, zonas de desenvolvimento econômico e de geração de renda e emprego no território e destinação de 30% a 40% do parque para instalação de empreendedorismo não poluente. Inclusive a nossa defesa é a construção do aeroporto na região, porque esse aeroporto aqui vai gerar mais de 10 mil novos empregos diretos e 15 mil empregos indiretos. Aí haverá um desenvolvimento na região, com empreendedorismo e turismo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Florisvaldo Lopes de Oliveira.

O SR. FLORISVALDO LOPES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Hoje faço parte da Unifag, fundadora do Vargem Grande, uma instituição que não aceita invasão nessa região. A história do Vargem Grande mostra isso. Foi na contramão da história. Enquanto todos estavam invadindo, em 1989, o povo organizou-se e comprou aquela terra. Hoje somos tratados como invasores.

Quanto à Lei de Zoneamento, tenho umas perguntas a fazer. Na primeira Lei de Zoneamento, em 2004, fizeram de conta que o Vargem Grande não existia. A proibição era para depósito vender materiais de construção e para a população reformar e construir. Com isso, muitos foram multados. Quanto a isso, a minha pergunta é: Essa proibição vai continuar? Vão acabar com esse novo zoneamento? A outra pergunta que fica é: Nesse novo zoneamento, demarcaram a área para comércio no bairro, na Rua 16, no entanto, o bairro está lá há 25 anos, e há comércio por todas as partes. Na Rua 30, que é a Rua das Palmeiras, a rua principal, praticamente é comércio de fora a fora. Na devolutiva da minuta, quando questionamos, estavam eu e mais quatro pessoas do Vargem Grande, foi na devolutiva, no CEU Casa Branca. Quando levantamos essa questão, foi dito que bairro declarado como zona mista de interesse social não poder ter comércio. Porém o povo precisa de comércio. Aí demarcaram a área. Que irão fazer com os comerciantes que vão ficar fora dessa área, se essa lei for aprovada como está? Multa, precisamos ver isso. Alerto, também que a população do Vargem Grande vai lutar contra isso.

E, por último, pedimos aos Srs. Vereadores que vejam isso e contemplem o bairro como zona mista de interesse social, que é cabível, é como o bairro é hoje. Peço atenção dos Srs. Vereadores e digo que Vargem Grande vai se mobilizar contra essa restrição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Gerson José da Silva.

O SR. GERSON JOSÉ DA SILVA – Sou representante da Chácara Progresso/Parelheiros, sou morador e estou representando porque não aparece ninguém do bairro aqui, então venho em nome de todos.

Gostaria de saber a respeito da regulamentação do nosso bairro. Desde 2004 que há um processo e ninguém nunca deu satisfação para a gente. Gostaria muito de saber como está o andamento disso.

Outra coisa, rede de esgoto. Há uma preocupação com as águas em geral, em Parelheiros, só que existe uma rede de esgoto, conta desde 2013, e não está em funcionamento. A água que usamos e o esgoto estão sendo despejados no córrego, poluindo o que seria uma água boa para a gente tomar. Existe uma rede de esgoto, mas não está em funcionamento desde 2013. A central já está montada, não colocaram lá as bombas para fazer o bombeamento para o setor adequado.

Outra coisa, se pedirmos um trabalho da Prefeitura, é rapidinho para atender, demora de dois a três anos para atender, para passar a máquina em uma rua. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Emilio Bonani Neto.

O SR. EMILIO BONANI NETO – Boa tarde a todos. Apenas uma consulta que eu fiz à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, consultando minha atividade que está situada na Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável, ZPDS 01, e a resposta que obtive é de que minha atividade é um bufê, que explora o turismo rural, o casamento no campo, e a consulta, pela lei vigente, não a que sendo proposta, informou aqui que essa atividade não se enquadra. Temos a Lei do Polo de Ecoturismo, de autoria do nobre Vereador Alfredinho, e que reconheceu essa atividade e acredito que, indiretamente, ela mexeu no Zoneamento, porque reconheceu a atividade como sendo legítima.

Gostaria de propor que se verifique se não há como inserir nessa nova Lei do

Zoneamento, o reconhecimento pleno de tudo aquilo que foi conferido na Lei do Polo de Ecoturismo para que não haja conflito, para que não haja dúvida alguma. Isso deveria ser de forma ampla e irrestrita, independentemente da zona em que se exploram essas atividades na região de Parelheiros.

É apenas isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Luis Augusto Rabelo, do Conselho Participativo.

O SR. LUIS AUGUSTO RABELO – Boa tarde a todos. Sou Conselheiro Participativo por Marsilac.

Gostaria de destacar e enfatizar aqui, mais uma vez, a questão de Vargem Grande e da regularização como zona mista. Como bem já foi dito, é fundamental, ali está a maior parte da população de Parelheiros, que não pode continuar sofrendo com o abandono, embora o Poder Público tente fazer algo, mas não consegue. Então, peço total atenção à lei.

A região, como já dito, é totalmente complexa. É necessária uma atuação junto aos templos religiosos. Muitas vezes, as igrejas estão sendo proibidas de dar prosseguimento à construção e, assim, aonde a população está indo? É preferível ver a população na rua a professar uma fé, seja ela qual for? Os templos estão sendo fechados e multados em razão de uma legislação que não permite. Sei que esse é um problema que afeta a Cidade como um todo, mas é preciso ter um olhar específico para essa demanda em Parelheiros.

Marsilac é visto apenas como polo de ecoturismo, o que é fundamental e importante, inclusive esse mesmo polo favorece muito o emprego. Sou Diretor de escola e vejo muitos alunos atuando junto ao turismo na região, porém não basta pensar em ecoturismo. É preciso regularizar aquela região, regularizar as moradias que lá existem para que chegue saneamento. Se ele não chegar, daqui a pouco as águas, que dizem que somos o portal das águas, mas, com a licença da palavra, vão cheirar e ter gosto de merda, se algo não for feito. Por quê? Porque o que a população está fazendo vai rio abaixo. Então é preciso verificar isso.

Há a questão de espaços públicos. Como disse, sou Diretor de escola e ela não consegue ser ampliada, não consegue ter cobertura de quadra por causa da limitação. Que sejam verificadas essas questões.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR – Boa tarde a todos os presentes. Vim falar sobre local de culto, que é uma atividade que está sendo enquadrada hoje como local de reunião pela legislação vigente.

Hoje, para todos saberem, local de reunião são os auditórios, danceterias, boates, cinemas e pancadões. Então estão igualando todas as atividades numa categoria única e não podemos comparar a atividade religiosa, até devido ao horário de funcionamento e pelo tipo de frequência, a esses outros locais. Por isso estamos solicitando que seja criada uma atividade específica para locais de culto nas diferentes zonas da legislação.

Na apresentação inicial, vimos que, em Parelheiros, existem muitos pontos de aglomeração de pessoas. Elas têm de ter direito à saúde, à educação e também a professar sua fé religiosa, independente de qual ela seja. Estamos batalhando para isso. Já pedimos aos Vereadores. A equipe que comanda é muito competente nessa área.

Estamos pedindo que seja separado, que a lotação dos locais de culto em áreas residenciais pequenas, com pouco impacto na vizinhança, seja para uma lotação de até 250 pessoas, uso compatível com a comunidade, sendo que de 250 a 750 tenha restrições, porque é um uso tolerável com a atividade local, e, a partir disso, sim, a gente considera que é um uso incômodo e deve ser tratado como tal.

A nossa ideia de zoneamento, na origem do zoneamento em 72, o uso religioso de locais de culto era totalmente vinculado à atividade social, então, estava na mesma categoria de saúde, educação, assistência social. E nessa nova lei de 2004, vigente hoje, essa atividade foi mudada de posição.

Então, era isso o que a gente gostaria de saber para podermos ter a nossa regularização.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Mario Roberto Fortunato, do Savim - Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo, depois Lia Goes de Moura.

O SR. MARIO ROBERTO FORTUNATO – Senhoras, senhores, nobres Vereadores, boa tarde. Savim significa agentes vistores, eu sou da fiscalização de São Paulo.

Ontem eu estava lendo um texto do Vereador Paulo Frange, que me fez lembrar uma música do Adoniram Barbosa sobre a dificuldade de as pessoas construírem, regularizarem seus empreendimentos e ele é muito otimista para tentar regularizar tudo. A gente está discutindo, vamos tentar regularizar o máximo possível e dar uma segurança jurídica para as pessoas. Isso está muito bem encaminhado.

Só que o que me preocupa são os detalhes. Tem um detalhe no artigo 5º, §2º que pode inviabilizar todo o nosso trabalho. Todo. Por quê? O que fala ali? Fala que não importa o que a gente esteja fazendo, tanto a fiscalização, quanto o licenciamento, temos de obedecer ao Estado, quando é mais receptivo, ou seja, nós vamos discutir, tentar regularizar. Se o Estado for mais receptivo, acabou nossa recepção. A gente vai ter de seguir as regras do Estado.

Então, eu tenho uma sugestão, ou tiramos esse parágrafo daqui – o que não resolve, porque o Estado vai continuar atuando – ou fazemos uma oficina junto com o pessoal do Estado e técnicos da Prefeitura para apontar onde estão essas divergências e tentar resolvê-las. Essas divergências existem e são muitas.

Participei bastante aqui em Parelheiros, em 2003, do Plano Diretor e a gente calcou no projeto de lei da Bacia específica do Guarapiranga. Só que era um projeto, nós aprovamos no Plano Diretor e o projeto foi modificado lá, houve divergência. Depois disso, ainda teve a lei específica da Bacia da Represa Billings, o que causou mais divergência conosco.

Então, temos de fazer um texto enxuto e apontar onde estão essas divergências para poder ter uma segurança jurídica e como vai atuar. Ou, então, nós da fiscalização e os técnicos da Prefeitura vamos trabalhar para o Estado.

Só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Mario, você não sabe a alegria que senti ao ouvi-lo, porque sempre critico em todas as audiências públicas o fato de os

agentes vistores, engenheiros e arquitetos não acompanharem a Lei do Zoneamento, uma vez que isso será a ferramenta de trabalho de todos eles. Esses teriam a obrigação de acompanhar e não vejo a participação deles. E estamos dispostos, principalmente nessa área de fiscalização, a recebê-los. Precisamos da contribuição de vocês e é isso que eu gostaria que você transmitisse aos seus colegas de trabalho.

O SR. MARIO ROBERTO FORTUNATO – Obrigado, Vereador. Quanto ao sindicato, estamos fazendo esse trabalho, a base mais específica quanto à parte de fiscalização. Estamos conversando com o Dr. Paulo Frange e parece que haverá uma oficina de fiscalização. Já estamos lendo e estamos muito atentos e, da nossa parte, não só o senhor como a população podem ter a total garantia de que estamos atentos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Lia Goes de Moura, depois a Sra. Débora.

A SRA. LIA GOES DE MOURA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, cumprimentar a população de Parelheiros, que está bem representativa aqui. Eu sou Vice-Presidente da Cooperativa dos Agricultores da Região Sul de São Paulo e eu gostaria que todos vissem Parelheiros não como uma minha de ouro, mas sim como uma pedra preciosa. Tenho demandas para acrescentar no Plano Diretor de São Paulo. O capítulo que fala sobre parâmetros na zona rural do Plano Diretor não está falando sobre o parâmetro, então vou colocar aqui: não alterar um perímetro rural; colocar um capítulo sobre diretrizes e parâmetros na zona rural, pois o rural aparece somente nas tabelas; colocar especificidades dos mananciais na lei; modificar as Zepams em áreas de agricultura na cratera para ZPDS.

A partir do artigo 87, acrescentar saneamento alternativo e estradas rurais na infraestrutura; acrescentar parágrafos sobre fiscalização ambiental integrada; a retomada do Parque Manancial Paiol, na Jaceguava; grafar como Zepam as áreas de várzea dos rios na zona rural.

No capítulo quarto, sobre áreas verdes, rever por completo, porque apenas mostra como ocupar com equipamentos públicos as áreas verdes. Precisamos separar políticas de equipamentos públicos e áreas verdes; prever ampliação de áreas verdes públicas em Parelheiros, porque não temos; implantar a delegacia ambiental na região; proibir não só aeródromo, mas também os grandes empreendimentos devastadores e a regularização

fundiária do Vargem Grande; trazer a regularização e implantar ecovilas, porque estamos na área de mananciais que está abastecendo. Antigamente a gente falava que era 30% da água de São Paulo, mas com a seca da Cantareira, que é um exemplo para a gente mudar Parelheiros, é um exemplo da má administração para a gente mudar Parelheiros para não faltar água. Porque vou falar uma coisa para vocês, como agricultora: já secou a água do meu poço; os agricultores que estão aqui mais para baixo de Parelheiros também: na região mais baixa, já não tem água no poço. Então, nosso lençol freático está indo embora. É preocupante se vocês querem empreendimentos ou água, se vocês querem ar puro ou empreendimento grande.

Quanto ao emprego, que todo mundo fala, nós estamos trabalhando com a Agência São Paulo de Desenvolvimento, junto com a Prefeitura de São Paulo, para trazer os empregos adequados à região para o polo de ecoturismo, para a agricultura, para o artesanato e para o pessoal que sabe trabalhar com aquilo. E tem aqui na região: a natureza e a riqueza hídrica.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Débora Generosa de Jesus.

A SRA. DÉBORA GENEROSA DE JESUS – Olá, boa tarde. Estou aqui para pedir uma ajuda porque moro num local onde há nascente e rio e essa área está sendo invadida, estão desmatando a área e estão fazendo loteamentos clandestinos. Para mim está muito difícil e peço uma ajuda assistida porque eu não estou conseguindo resolver a situação sozinha e eu não sou a única que estou com esse problema. Onde eu moro, eu tenho uma vizinha de divisa que não pôde vir aqui hoje porque ontem tinha muita gente no local, entraram na propriedade com engenheiro e agrimensor e eu chamei uma viatura para impedir o que estava acontecendo - e não era só na minha propriedade que estava acontecendo isso -, e minha vizinha, no desespero, caiu e machucou o pé, e está de cama, por isso que ela não veio aqui.

Tanto na minha propriedade, como na dela, há nascentes e peço uma ajuda

assistida porque está difícil de, sozinha, resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Arlete Ferreira Martins.

A SRA. ARLETE FERREIRA MARTINS – Boa tarde à Mesa, boa tarde a todo o auditório, eu sou presidente do Jardim Peri Porã e estou aproveitando essa audiência pública porque estou um pouco indignada. A área de mananciais vai desde a Capela do Socorro para cá. Moradia não faz para as pessoas, mas outras coisas maiores, como um posto de gasolina, são feitas, entendeu? Então, a população não tem para onde ir.

Vereadores Cláudio e Alfredinho, por favor, não pensem somente em vocês. Pensem na população. Temos várias famílias que foram desapropriadas há oito meses e os senhores sabem disso, mas até hoje essas famílias não receberam o Auxílio Aluguel.

Faço parte do Conseg e há oito meses venho pedindo ajuda para combater a dengue. A dengue está matando. Também pedi para carpir um terreno, local em que já houve um estupro, mas até hoje o meu pedido não foi atendido.

Então, vamos pensar no povo. Essas pessoas que ainda não receberam o Auxílio Aluguel vão, sim, fazer os seus barracos na linha do trem.

Essa é a minha indignação.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Lindaura Maciel.

A SRA. LINDAURA MACIEL – Meu nome é Lindaura. Cheguei a Parelheiros em 1976. Fiquei um tempo fora, morei na Vila Mariana por alguns anos e voltei para cá.

A nossa luta continua e não vamos desistir, porque aqui dá para se morar e para preservar. Sou a favor da preservação, mas também sou a favor das famílias. Muitas delas vieram para cá não por opção, mas porque foram empurradas para cá por falta de apoio. Moramos em um bairro que pertence à Capital e não aceitaremos a condição de não termos direitos iguais às pessoas que moram no restante da Cidade. Queremos morar e preservar, sim. Queremos que as ruas dos bairros, que já são legalizados, sejam urbanizadas, a fim de que possamos viver com dignidade. E que as pessoas que moram nos bairros que ainda não são legalizados – como Progresso, Papai Noel, São Francisco de Assis e outros – sejam vistas

com respeito, porque moramos em uma região de manancial. Também queremos receber os mesmos benefícios daqueles que moram às margens da Billings e da Guarapiranga.

Não sou a favor do desmatamento, mas onde já houve esse desmatamento, que sejam dadas condições dignas aos moradores, com direito à escola, ao transporte digno. Temos só duas linhas truncadas no Terminal Parelheiros e isso é desumano. As pessoas têm de ser tratadas com respeito. Não é só pedirem o nosso voto e depois: “Não pode isso porque é manancial, não pode aquilo porque é manancial”. Mas olhem o Colégio Prisciliana: tem um córrego com esgoto passando ao lado. Olhem a UBS do Jardim São Norberto. Lá há um córrego e o esgoto está transbordando. O Governador colocou tubulação nas nossas ruas, nesses bairros e em alguns que já citei, desde 2012, e até agora não ligou o esgoto. Ninguém está preocupado se aqui é manancial. Cadê o ecoponto? Eu separo o lixo reciclável, na minha casa, e jogo junto com o lixo orgânico. Por quê? Porque não há... Então, há alguma coisa que precisa ser melhorada, que não está acontecendo, mas dá para acontecer. Falo da Creche Novo Parelheiros. Não dão três metros e o córrego está cheio de esgoto. A gente não aguenta passar lá, porque o cheiro é insuportável. Há o CAPS, a creche, o nosso CEU e o nosso Centro de Cidadania da Mulher. V.Exas. precisam estar vendo isso também. Nós não vamos aceitar que Parelheiros seja congelado e nós fiquemos aqui abandonados, enquanto outros estão de boa, vêm aqui, pedem os nossos votos e vão embora. Na época da campanha, pode; depois, não pode, só que o nosso voto, na urna, tem o mesmo valor.

Gente, não se deixe levar por promessas enganosas. Saibam se valorizar e requeiram seus direitos, porque nós somos cidadãos iguais aos outros.

Queremos melhoria sim para Parelheiros. Boa tarde.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Solange Dias.

A SRA. SOLANGE DIAS – Boa tarde a todos. Eu quero primeiro fazer duas propostas com relação à alteração de zonas, que está proposta para a região dos Álamos, a Zona de Ocupação Urbana e ZUA. É uma área onde há ruas estreitas. Então, ela não comporta um autoadensamento naquela região.

Agora quando nós falamos sobre a criação de polo de turismo e também do

planejamento de Parelheiros, a gente precisa pensar que nós temos três ruas em Parelheiros. Qual é esse planejamento? Que ruas vão existir? O que nós temos são ocupações irregulares, que se desembocam para a mesma via. Então, nós não temos uma ligação entre uma via e outra. Por enquanto, há mata entre essas ocupações. Qual é o viário que está proposto para essa região? Como isso vai ser colocado? Daqui a pouco ninguém vai andar em Parelheiros.

A outra proposta de alteração de zona é daqui do Centro, para que se torne uma zona de centralidade. Se nós estamos falando de um polo de ecoturismo e se existe um setor histórico ali, que comporta toda a história da região, nós não podemos adensar. A gente tem de preservar ali, como uma forma de uma centralidade regional, aonde as coisas vão se encontrar.

Temos também aí a proposta de uma nova zona de uso, que é o corredor turístico. São essas vias que a gente está falando. Então, há a proposta de um corredor turístico ambiental ao longo das principais estradas de Parelheiros, visando dar suporte às atividades turísticas e rurais. Isso permitiria desmembrar uma faixa de gleba de 50 metros ao longo das estradas, com essa finalidade. Quando a gente fala dessa nova lei, desse novo zoneamento, e que há a zona rural, a gente tem de entender que existem propostas sustentáveis que estão sendo criadas na região, e é possível se fazer isso na região. Nós temos aí, no Marsilac, a proposta do saneamento alternativo. Nós temos as estradas rurais que estão sendo feitas aí pelo melhor caminho. Então, existe outra proposta para Parelheiros, que não é a mesma proposta do Centro da Cidade. Nós precisamos começar a discutir isso.

É um corredor turístico, saindo da Sadamu Inoue, do Marsilac e do Colônia. Se nós não tivermos essa preservação, nós não vamos gerar empregos, nós não vamos trazer uma indústria verde e não adianta haver incentivos fiscais como o Sr. Prefeito colocou agora, na Câmara, para a região de Parelheiros, se não tivermos um olhar pela forma que essa ocupação está ocorrendo.

Outra coisa é com relação à ampliação das áreas verdes, com relação ao polo. A gente fez uma briga muito grande com o Rodoanel, para conseguir alguns parques. Nós temos

um parque ali, do linear do Caulim. Há 10 anos, está na Secretaria do Verde. O parque está sendo ocupado agora, irregularmente. É onde passa a água que sai das águas limpas do fundo e vai para a Guarapiranga; e está sendo ocupada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Claudinho.

O SR. CLAUDINHO – Obrigado, Mesa, Vereadores e público presentes, houve quatro ou cinco falas que pontuaram algumas coisas muito interessantes. Parelheiros e Marsilac têm três territórios, e eles estão sobrepostos, um dentro do outro. Há um território indígena, um território rural, um território urbano e a APA. Por incrível que pareça, há quatro leis diferentes, uma diferente da outra. Eu acho que a Câmara tinha de se atentar a isso no Plano Diretor e tentar mexer alguma coisa nas outras leis. Por exemplo, nós estamos colocando o Colônia como sendo uma área urbana, só que o Colônia está dentro da APA. Eu posso ter depósito de material de construção no Colônia? Em sendo urbana, eu posso. Em sendo APA, não. Então, há lugar que não adianta mudar e colocar urbano, porque não será resolvido o problema. Podem falar que lá não pode haver depósito. Mas pode ser urbano? A pessoa vai fazer a sua casa regularizada. Aí onde ele compra o material? Na área urbana. Mas não pode ser feito o depósito, porque está dentro da APA. Então, têm de discutir essas leis que são sobrepostas. O grande problema do Vargem Grande, por exemplo, na questão do depósito, não é que o Vargem Grande é irregular; é que colocaram o Vargem Grande dentro da APA. Por exemplo, nós estamos discutindo com o pessoal da Cooperclaudia, onde há uma cooperativa de recicláveis, no maior bairro daqui. Todo mundo é a favor. Pode haver cooperativa lá? Não pode. Então, têm de mudar a lei. Têm de fazer uma cooperativa dentro do Vargem Grande? Têm. Então, de duas opções, uma: Ou se muda a lei da APA e, na área urbana, dentro da APA pode haver cooperativa; ou se faz uma cirurgia, e, na parte urbana, pode haver alguns segmentos, porque senão nunca nós vamos conseguir resolver esse problema.

Outra questão que foi muito dita aqui foi sobre invasões. Para a subprefeitura, a

grande maioria das ocupações aqui de Parelheiros e Marsilac não é invasão, é ocupação irregular. Qual é a diferença? Ocupação irregular o dono vende, e a gente conhece, são nossos amigos que vendem. A pessoa tem um terreno lá de 5 mil metros quadrados, vai lá, picota os 5 mil metros quadrados e começa a fazer uma pequena parte à invasão, porque quando há invasão, vão à 25 e denunciam. Nesse caso, vão à delegacia e digam: “Uma pessoa entrou na minha casa, invadiu a minha casa”. Vão à delegacia e chamem a Polícia. Quando a questão é ocupação irregular, é mais difícil, porque a pessoa foi, comprou um terreno e loteou, pois o dono do terreno resolveu vender. Aí é criada uma dificuldade maior, mas não é invasão. Em Vargem Grande, nunca houve invasão. Ninguém invadiu Vargem Grande não. Uma pessoa foi lá, comprou a gleba e vendou o lote para as pessoas. Então, lá podem falar que é uma ocupação irregular, mas não é uma invasão.

Vai ser feita a estrada parque, que sai de Marsilac e vai até o Núcleo Curucutu, que é um convênio da Prefeitura de São Paulo junto com o Governo do Estado. Aí nós procuramos o setor empresarial aqui para fazer a licitação, porque a contrapartida da Prefeitura é a Prefeitura dar alojamento e almoço para os funcionários que vêm para cá. Aí montamos a licitação e conversamos com o setor que tem pousada. Houve a licitação e ninguém pôde disputar. Perderam a licitação por um hotel de Jabaquara.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. CLAUDINHO – Mas não há documento. Se nós estamos num polo turístico e se nós temos pousada, por que essas pessoas não conseguem se regularizar? Então, o Plano Diretor junto com a lei do polo de ecoturismo precisam resolver isso. Como nós, com quase, se não me engano, 10 mil quartos aqui, juntando Parelheiros e Marsilac, não podemos colocar? Parece-me que começa com 12 e depois, no limite, chega a 60 pessoas. Aí vem um hotel do Jabaquara e ganha a licitação nossa aqui? O que ele vai fazer? Vai contratar alguma pousada

daqui para fazer. Então, a regularidade desse setor é o nosso grande problema.

Para encerrar, falo uma coisa: Chico Mendes teve uma grande sacada. Quando foi criado o povo da floresta, qual foi a grande sacada? A floresta não é de quem mora na floresta. A floresta é um bem universal, é de todo o mundo. Agora, não dá para debater a floresta sem discutir com quem está lá. Por isso que criaram o povo das florestas. O grande problema, em minha opinião, do povo de Parelheiros e do povo de Marsilac é que eles precisam se organizar, discutir o território deles e o que vai ser feito ou não. Eu tenho preocupação quando nós fizemos a lei da APA. Eu falei: “Nós estamos fazendo alguma besteira”. O que aconteceu com a APA? Quando nós fizemos a lei da APA, despencou-se o preço da terra aqui. Uma pessoa tinha uma terra que custava 500 mil reais ou 1 milhão de reais. Nesse caso, essa terra despencou. Quando ela perde o valor, começa essa história do clandestino e começa essa história de todo mundo comprar. Eu disse isso para o meu setor de planejamento. O Sr. Nilton está preocupado com isso. Qual é a nossa preocupação? Têm de tomar cuidado com essa história da área rural. É preciso tomar cuidado, porque é ótima a questão da área rural, mas ela não pode baratear o lote, ela não pode aumentar muito o nome do lote, senão despensa e a pessoa vai comprar uma chacrinha de 20 mil metros por 50 mil reais. A pessoa compra uma chacrinha de 50 mil metros e a picota inteira. Então, é preciso tomar cuidado como vai ser esse lote rural.

Há moradores de Parelheiros. Fizemos algumas reuniões em algum setor. O jovem que mora em Marsilac e no Colônia não quer fazer plantação. Ele pode querer fazer uma pousada. Ele pode querer trabalhar com o turismo. Ele quer ser aquele rural diferenciado. Ele está fazendo faculdade, mas não de agronomia. São pouquinhos pessoas aqui, em Parelheiros, que estão querendo se formar em agronomia. Quer fazer hotelaria, turismo ou ser médico.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA – Eu gostaria de fazer algumas pontuações. Em nome do Executivo, que eu represento, eu gostaria de deixar bem claro principalmente para a região de Parelheiros que não foram poucos iluminados que estavam lá na Rua São Bento, no Martinelli, que trabalharam o projeto de lei. É uma injustiça colocarem algumas questões: “Lá do alto dos seus gabinetes, vieram e fizeram”. Na verdade, há muita gente que trabalha na Rua São Bento, mas conhece muito bem o território de Parelheiros. Fora isso, a gente trabalhou *pari passu* com a Subprefeitura de Parelheiros sim. Muitas questões foram discutidas com os técnicos, porque mais do que ninguém a gente reconhece que quem conhece Parelheiros é quem mora e quem trabalha em Parelheiros. Quem trabalha em Parelheiros não é só a subprefeitura. A gente trabalhou muito com a Secretaria do Verde. Dentro da própria SMDU, há gente que trabalha há mais de 20 anos, inclusive na Emplasa e trabalhou na Lei de Mananciais. Essa é uma questão importante pontuar.

A preocupação do pessoal que trabalha com ecoturismo é superlegítima; e a gente tem de ler, com mais tranquilidade, a lei, porque a gente debateu exaustivamente uma demanda do pessoal da própria Subprefeitura. É preciso sim se dar condição para que a pousada, o hotel e o pesqueiro regularizem-se. Então, não é porque está grafado CPDS que não vai poder. Na verdade, é isso que a gente quer. Na Zepam, pela lei vigente, só podia residência unifamiliar. Hoje não, na medida do possível, a gente abriu outros usos, porque a gente entende que proibir não é a melhor saída. A gente tem de pensar numa estratégia conciliada.

Quanto à questão da APA, a gente pode discutir, mas a gente avalia que foi uma das políticas públicas mais eficazes. Se hoje ainda há algum problema, talvez fosse muito pior se não houvesse a APA Capivari-Monos e a APA Bororé-Colônia. Então, eu concordo. No mesmo território, não podem incidir tantas leis divergentes. A gente tentou, na medida do possível, compatibilizar com as leis específicas. Acho que a gente pode fazer uma discussão dentro do conselho da APA. Na verdade, a minha fé é que muito do que se preserva hoje ainda

aqui é por conta da existência de conselhos gestores bastante combativos e a presença da APA.

Com relação à Vargem Grande, as pessoas precisam ler com mais tranquilidade. Só estando grafada como ZEIS que se consegue a regularização. Se os senhores optarem por ser uma Zona Mista de Interesse Social, isso foi criado para áreas de Cohab, que eram ZEISs. Na Cidade Tiradentes, o conjunto era irregular. Agora é regular. Então, é uma ZMIS. Tem sim de Vargem Grande ser uma ZEIS, porque senão a regularização não vai ser conseguida.

Em lotes menores que mil metros, podem colocar o que quiserem. O seu comércio não vai estar irregular porque ali é uma ZEIS, pelo contrário. Se for possível, a gente pode fazer uma discussão, em colocar uma zona corredor dentro de ZEIS, para facilitar mais ainda a instalação do comércio, porque a última coisa que a gente quer é que Vargem Grande seja um depósito de pessoas. A gente quer que Vargem Grande seja uma cidade, de fato, e o grande conjunto de outras áreas. Foram grafadas diversas ZEISs. Se ainda faltam ZEISs, vamos grafar. Entreguem para o Vereador, porque, de fato, o que existe hoje a gente não tem condições tirar. Então, vamos dar vida digna para essas pessoas. Só estando grafada como ZEIS que existe uma prioridade, para se intervir, e a Prefeitura ter uma melhor possibilidade.

Eu tinha de fazer uma defesa até do nosso trabalho, porque ele não foi fácil. Ele está sujeito a muitas críticas. A gente recebe com o coração aberto, mas algumas são injustas.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sou originário de comunidade também. A gente está acostumado com ruas de terra, ocupações, áreas que não foram regularizadas, e áreas onde a Prefeitura foi conivente, onde se previa uma rua de 10 ou 12 metros, e, para economizar, só asfaltava três metros. Hoje pessoas não podem nem parar carro na rua. Isso já vem ao longo dos anos, não só de agora. Por questão de economia, tudo isso a gente conhece. A gente sabe o que é uma pessoa morar num córrego com três por três, que, de dia, tira a cama para colocar o fogão e, de noite, tira o fogão para colocar a cama. Tudo isso a

gente conhece.

Eu sou testemunha dos Vereadores que estão aqui presentes sobre o trabalho que S.Exas. têm, combatem e brigam pela região. Estou no sexto mandato e sou nordestino, sou baiano. Vemos quantos nordestinos vieram aí para São Paulo, para essa terra abençoada, e sabemos das dificuldades. Às vezes, os Vereadores não têm tempo de estar constantemente, mas têm formação, são informados e acompanham mesmo à distância e brigam pela região. Tudo isso acontece. Tanto é assim que essas audiências públicas que nós estamos fazendo, se o Executivo mandou, poderíamos fazer cinco ou oito audiências. Poderíamos chamar o pessoal para ir para a Câmara e tudo bem; mas não, o sentimento destes Vereadores foi fazer 47 audiências públicas, 46 mais uma agora para o movimento religioso. Vamos ouvir todo mundo. Nós não temos nenhum constrangimento em receber qualquer segmento da sociedade que queira defender a sua parte, o seu lote, o seu quarteirão, a sua rua ou o seu bairro. Os senhores podem se dirigir aos membros da Comissão ou a qualquer Vereador aqui presente, ou ir à Câmara e procurar a gente. Nós estamos dispostos. Não estamos aqui para brincar e nem para dizer “amém” para o Executivo. Para que o projeto venha assim, nós vamos fazer assim e acabou? Não. Se precisar, nós vamos brigar sim para mudar o que for necessário, dentro de coerência. Há espaço para todo mundo, há espaço para o meio ambiente, há espaço para Habitação e há espaço para desenvolvimento do poder econômico. Não existe capital sem trabalho ou trabalho sem capital. A gente tem de agrupar todo mundo dentro desse processo. O que nós vamos nos sentir satisfeitos é se, ao final dessa lei aprovada, Parelheiros disser: “Nós estamos satisfeitos. Todos os segmentos estão satisfeitos”. Para a gente, é o preço melhor. Nós fazemos audiências às segundas, às quintas, aos sábados de manhã e aos sábados à tarde. Nós nos predisponemos.

Nós somos Vereadores, fomos eleitos para isso, eleitos pela cidade de São Paulo e a gente conhece principalmente a periferia. Estamos dispostos, estamos aqui exatamente para isso. Muitos deixaram as suas atividades, nós também deixamos. Estamos aqui e tudo que

vocês falaram, tudo vai ser analisado e caso a caso.

Tudo está sendo gravado, viram Notas Taquigráficas, toda documentação que vocês nos encaminharam, vocês têm protocolo para acompanhar o processo. Hoje a responsabilidade é dos 55 Vereadores.

Quero ressaltar o apoio, o empenho que o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo está dando principalmente para as audiências públicas. Há hoje um sentimento de que a Lei de Uso é para a cidade de São Paulo, não é para o Executivo, não é para o Prefeito, não é para o Vereador, não é para pequenos grupos, mas, sim, para todos.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Presidente. Quero citar o que disse a nossa representante, Patrícia, porque é tudo verdade.

Acompanhamos esse processo há muito tempo, o resultado da Lei de Zoneamento é um extrato de conhecimento da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, onde há funcionários com 10, 20, 30, 40 anos de Casa. Há funcionários na Secretaria que são da época da Lei de Zoneamento do Jânio Quadros, datada de 1988. Essa que nos chega não é resultado de um ano de trabalho, temos aqui concentrada uma experiência dos últimos 40 anos. Na verdade, é muita experiência junta.

Como hoje tudo é georreferenciado, acabou a história de perímetro, mexer no mapa, empurra pra lá, não há jeitinho, o que está marcado, está marcado. E essa é a primeira vez que temos uma Lei de Zoneamento tratada com georreferenciamento, tudo está às claras, fica muito mais tranquilo.

O Vereador Alfredinho chamava nossa atenção para mostrar a vocês o que pode ser regularizado do ponto de vista fundiário, o que pode e está demarcado em ZEIS. Aqui na região essas áreas aqui são ZEIS, somente elas poderão ser objeto, no futuro, de regularização fundiária. Ah, mas nunca chega! Pois é, domingo passado o Prefeito entregou, lá no Itaquerão, no solo sagrado do Corinthians, 2.500 regularizações fundiárias à população do

Extremo Leste de São Paulo. Os Vereadores estavam presentes. Então, está entregando, a regularização está saindo, só que o processo é lento.

Na cidade de São Paulo – como disse a Patrícia –, aconteceu apenas 10% do demarcado como ZEIS no Plano Diretor, e de lá para cá veio na lei Zona Mista de Interesse Social Ambiental porque há regularização fundiária. Aonde? A maior COHAB de São Paulo está no José Bonifácio, e toda essa área foi regularizada como Zona Mista de Interesse Social. As residências têm regularização fundiária e o comércio passa também a ser reconhecido como legal.

Em Cidade Tiradentes, há uma área enorme, quase todo seu território foi demarcado como Zona Mista de Interesse Social, regularização fundiária, e 10%, gente, parece pouca, mas eu falo de 10% de 140 quilômetros quadrados! Então, é muita área, mas continua o processo, vai demorar, mas temos de esperar, correr atrás da diferença que deixamos acontecer pela falta de planejamento, ao longo dos anos.

Quero também fazer uma rápida fala dirigida ao Cacique Wherá Mirim e a Evandro Santos. Vocês que são indígenas, estamos ocupando território de vocês! Não tenham dúvida, nós sabemos disso. Lamentavelmente, o Brasil não cuidou e, nos últimos anos, estamos acordando. Mas demarcar terra indígena, essa situação envolve FUNAI, Governo Federal, são várias as tratativas. Não há como tratar o assunto no zoneamento, não há zoneamento em terra indígena.

Há interesse dos Vereadores Ricardo Nunes, Alfredinho, do Presidente Gilson Barreto, de Vereadores da região, de encontrar um caminho e deixar demarcado o limite da terra em Zepam, toda essa área está em Zepam. Há uma área bem localizada, grande, junto a Osasco, ao lado do Jaraguá. Decididamente, há uma decisão federal, o Ministro Eduardo Cardoso assinou que a área agora é reserva indígena. Precisamos demarcar? Entendo que temos dificuldade em tratar como zoneamento, mas é uma questão de justiça com vocês, que a comunidade indígena saiba exatamente onde começa e termina o seu território, onde está o

vizinho e onde é meu espaço. Na verdade, todo Brasil era deles!

Vamos tratar desse assunto, vamos levar ao Prefeito Haddad para que nos ajude a achar um projeto político e que possamos então desenhar... Lógico, não vai ser zoneamento, mas saberão disso.

Foi discutida uma questão quanto à fiscalização, que é o nosso grande tendão de Aquiles. Se não houver concurso público, ainda este ano, para que tenhamos um número grande de fiscais de nível universitário para atuarem nas Subprefeituras, vamos ter grande dificuldade para acompanhar tudo isso que está aí, hoje, colocado com tanto cuidado.

Os templos religiosos vão ser discutidos. Há um grande problema, pois grande parte deles, principalmente os templos evangélicos, está em ZEIS ou nas periferias da cidade, assim como a Igreja Católica, e não há regularização fundiária. Imaginem um templo religioso e não há regularidade, já começa então uma situação delicada.

Nas áreas mais centrais, há o problema da falta de escrituras, eram doações advindas de três, quatro, cinco séculos. Portanto, esse assunto será motivo de audiência pública específica para então discutirmos os templos religiosos de toda natureza.

Há outro assunto interessante abordado pelo Marcos Roberto que é pertinente, uma área em que deve haver correção. Ele entendia que a área era ZER Ambiental. Eu preciso ver, pois, na lei anterior, não encontramos Zona Residencial. Em todo caso, vamos verificar com carinho, nada fica sem ser acompanhado, vamos lhe dar uma resposta, vamos tentar conversar. Qualquer coisa, atendemos você lá na Câmara. Para essas situações pontuais, nós tentaremos achar a correção, se for possível, vamos buscar um caminho.

Outra situação é da Sra. Leda. Na área citada há três zoneamentos, Zona Mista, ZPDS Urbano, e vamos ver exatamente onde está. Há uma dificuldade quando procuramos o lote no mapa do INCRA. Há o SQL, que é a quadra do Município de São Paulo, e qualquer casa que procuramos, encontramos tudo, tamanho, fundo, frente, altura, tudo. Mas, quando caímos no mundo do INCRA, as demarcações são muito difíceis. Portanto, as correções, as

imperfeições, com carinho, nós vamos resolver. É mais ou menos como se estivesse ouvindo uma música no rádio, está bom pra você, mas se ajustar um pouquinho, melhora. Esse é o reparo fino para o qual a audiência pública pode contribuir.

Quem não vem, não participa mesmo sendo chamado, acaba não tendo a oportunidade de ter suas correções. Acha que é injusto, mas nós estamos aqui. E a Internet está aberta. Entre no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, registre a sua manifestação. Se você já protocolou algum documento na audiência pública, por favor, escreve o número do protocolo, ficará mais fácil e tudo será anexado.

Há mais uma situação pontual do Florisvaldo com relação à zona de centralidade. Já foi explicado, mas quando em ZEIS há uma área reconhecida como área de comércio, e que está funcionando, pode ser zona de centralidade em ZEIS, a atividade está dissociada da regularização fundiária. A atividade que lá está - a padaria, o bar, a lojinha -, a atividade está legal, e não há regularização fundiária. O que você está falando é desse lugarzinho em branco, é uma zona de centralidade em ZEIS. Toda demarcação está em ZEIS e, ali no meio, há um pedaço em branco, que é uma área em que há comércio. Nessa área a atividade é permitida, mas o prédio ainda não está regular. Alguém disse que, nessa situação, há o risco de edificações altas, e digo, não! Na zona de centralidade ambiental, há limite de gabarito, há uma taxa de ocupação específica. Todas as áreas ambientais são tratadas dessa forma.

Sr. Emílio Bolanos nos traz uma situação curiosa. Há um modismo, Emílio, de que é chique demais casar na praia ou no campo. O pessoal cansou de casar na Avenida Brasil, Igreja Nossa Senhora do Brasil, ficou muito caro, muito difícil e o trânsito não deixa as pessoas chegarem ao casamento.

E a sua atividade – temos muito carinho por ela – gera emprego, só que ao verificarmos a sua atividade, que é uma NR-2, que está entre cem e 500 lugares, entra então como NR-2-11 – Local de reunião de médio porte. Na ZPDS – tanto na rural quanto na urbana – está como “não permitida”. Nós até entendemos que deveria ter permissão, mas é assunto

sobre o qual podemos tratar. O Código Nacional de Atividade Econômica vai ser pela regulamentação, e haverá um decreto do Prefeito para regular tudo isso baseado nas informações. Vamos tratar o assunto à luz de buscar, na Comissão, a regularização, revendo as situações para que possamos, por meio da CNAE, afirmar que a atividade é permitida num lugar ou outro, e não mudar a subclassificação.

(NÃO IDENTIFICADA) – Vereador, corrigindo, no caso de bufês, pousadas e hotéis de ecoturismo, não é NR-2 é NR-A - Não Residencial Ambiental, e aí pode.

O SR. PAULO FRANGE – Se é ambiental, pode; mas se for NR-2 simples, não pode?

(NÃO IDENTIFICADA) – Ele está como NR-A. Agora estamos reconhecendo como NR-A.

O SR. PAULO FRANGE – Então, se está em NR-A, está contemplado com a regularidade.

Por fim, há uma situação da ZEU Ambiental, que é uma verticalização em que há limite, é diferente do ZEU, que não tem; na ZEU Ambiental, o limite de gabarito é de 28 metros, e a taxa de ocupação do solo é 50%. Isso vale para a cidade inteirinha: onde houver área de preservação ambiental, o conceito é o mesmo.

Esses conceitos foram unificados, assim há facilidade para o entendimento da Lei de Zoneamento, porque os conceitos valem para toda a Cidade.

No mais, gostaríamos de cumprimentar os que defenderam as Zepams. Entendemos perfeitamente, os movimentos de moradia precisam continuar trabalhando, e os que não querem o aeroporto em Parelheiros têm de se manifestar. Há muitas pessoas que querem e têm-se manifestado. Precisamos ouvir e ter sensibilidade junto com vocês.

Continuamos à disposição na relatoria, e quero que continuem acreditando na responsabilidade da Comissão e, principalmente, nos Vereadores da região. Eles são a porta de entrada de vocês na Câmara Municipal de São Paulo, que está a 50 quilômetros daqui!

Boa tarde!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registre-se a presença do Sr. Valderci Malagosini, Subprefeito de Santo Amaro.

Dizer a todos que, segunda-feira, às 19h, na Câmara Municipal de São Paulo, haverá mais uma reunião temática.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública.

Obrigado a todos!